26-07-2012

ATA Nº. 16/2012**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL
E DOZE.** -----

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano dois mil e doze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Eng.º José Agostinho Ribau Esteves, e com a presença do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Fidalgo Caçoilo, e dos demais Vereadores, Sr. José Marinho Vaz, Eng.º Marcos Labrincha Ré, Eng.º Paulo Sérgio Teixeira da Costa e Dr.ª Ana Margarida Santos Bastos -----

Faltou à reunião, a Sr.ª Vereadora, Dr.ª Beatriz de Fátima Clemente Martins, por se encontrar em gozo de férias. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade considerar justificada a respetiva falta. -----

Secretariou a reunião a Técnica Superior, Dr.ª Maria Manuela Mota Lameira, nos termos da deliberação de Câmara de 04 de novembro de 2009 (nomeação de secretário) e despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 01 de julho de 2010 (nomeação dos chefes de divisão e respetivos substitutos). -----

A reunião teve início às 17.30 horas. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

De acordo com a deliberação tomada pela Câmara Municipal no pretérito dia dezoito de julho, o Sr. Presidente da Câmara deu início à reunião, solicitando a verificação da existência de munícipes a quem pudesse ser dada a palavra. -----

Dado que não se encontrava na sala nenhum munícipe a quem pudesse ser concedida a palavra, foi, ato imediato, pelo Sr. Presidente da Câmara, suspensa a reunião, até às 18 horas, hora a que se iniciou a discussão e votação dos assuntos que constavam da Ordem de Trabalhos, com todos os elementos do Executivo que à mesma estiveram presentes no seu início. -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA. -----

Presente o resumo diário da tesouraria nº. 142, do dia vinte e cinco de julho, pelo qual foi

26-07-2012

tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 1.764.700,09 (um milhão setecentos e sessenta e quatro mil e setecentos euros e nove cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 735.020,87 (setecentos e trinta e cinco mil e vinte euros e oitenta e sete cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES. -----

Presentes as Atas números 14 e 15, das reuniões ordinárias realizadas nos dias quatro e dezoito de julho de dois mil e doze, respetivamente. -----

Uma vez que os textos das mesmas tinham sido distribuídos previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetidas a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar as presentes Atas. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

APROVISIONAMENTOS. -----

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS. -----

COMPARTICIPAÇÃO PUBLICITÁRIA NA “TERRA NOVA – COOPERATIVA RADIODIFUSÃO A. CULTURAL, CRL” - RATIFICAÇÃO. -----

Presentes as seguintes três Ordens de Pagamento: -----

- Com o n.º 1958, datada de 25MAII12, no valor de 265,68 € referente a “Campanha de 5 Spots publicitários relativos ao Programa Municipal Desporto para Todos”, e autorizada pelo Sr. Presidente da Câmara; -----

- Com o n.º 1959, datada de 25MAII12, no valor de 265,68 € referente a “Campanha de Spots publicitários relativos à inauguração do CIEMAR/ÍLHAVO”, e autorizada pelo Sr. Presidente da Câmara; -----

- Com o n.º 1960, datada de 25MAII12, no valor de 398,52 € referente a “Campanha de Spots publicitários relativos ao Feriado Municipal de 2012”, e autorizada pelo Sr. Presidente da Câmara; -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar as decisões do Sr. Presidente da Câmara.

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

APROVAÇÃO DE MINUTA – ADENDA AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 20/2012 “SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA NOS

26-07-2012

**EDIFÍCIOS MUNICIPAIS – LOTE 3: MERCADO DA COSTA NOVA” –
INFORMAÇÃO.** -----

Presente a informação supra, elaborada pela Oficial Pública, Dr.^a Ana Patrícia Araújo, datada de 20JUL12, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que, relativamente aos serviços supra, adjudicados à empresa “Ronsegur – Rondas e Segurança, Lda”, por despacho do Sr. Presidente da Câmara proferido em 14MAR12, cuja ratificação, por parte da Câmara Municipal, ocorreu em 21 do mesmo mês, verificou-se da necessidade de proceder à aprovação de uma Adenda, de modo a promover uma efetiva redução de encargos por parte do Município e, concomitantemente, adequar o respetivo horário de prestação de serviços ao fluxo de utentes que acedem àquele equipamento, tendo o conteúdo da aludida Adenda merecido a concordância das partes envolvidas. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Minuta de Contrato. -----

ZIM – ZONA INDUSTRIAL DA MOTA. -----

CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL – LOTE N.º 127 – PARECER. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior Jurista, Dr.^a Ana Patrícia Araújo, corroborada pelo Assessor Jurídico, Dr. Rui Dias, e aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que, a empresa “BOM TON, SA, com Sede Social no Parque Industrial de Abrantes, veio requerer a cessão da sua posição contratual relativamente ao Lote nº 127 da ZIM, a favor da empresa “UNICAMP, Unipessoal, Lda”. ----

Tomando em consideração a deliberação da CMI sobre o citado Lote, ocorrida em 05JAN11, donde resultava a instalação de um Centro de Inspeção Automóvel, e que, a já citada “UNICAMP, Unipessoal, Lda”, tem como objeto social o ramo imobiliário, não se enquadrando por isso nas atividades previstas no artigo 1º, do Regulamento do Plano de Pormenor da ZIM, sugere-se o indeferimento da pretensão da requerente. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade indeferir nos termos do presente Parecer. -----

RECEITAS MUNICIPAIS. -----

**SEA FESTIVAL 2012 – DESISTÊNCIA DE PARTICIPANTES – DEVOLUÇÃO DE
VALORES RELATIVOS À INSCRIÇÃO – INFORMAÇÃO.** -----

Presente a seguinte informação, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Costa: -----

26-07-2012

- “Relativamente aos pedidos em anexo, em que dois candidatos requerem a restituição dos valores pagos no âmbito da sua inscrição na Regata “Ílhavo Festival”, sou a informar o seguinte: -----

1 – As regras de inscrição e participação na regata são omissas nesta matéria, pelo que a mesma deverá ser suprida pela Câmara Municipal. -----

2 – Contudo, considerando: -----

a) que os candidatos foram informados, por ofício, que as desistências deveriam ser comunicadas à Câmara Municipal com a antecedência mínima de 30 dias, sob pena dos valores pagos não lhe serem restituídos; -----

b) que já não é possível substituir a candidata Daniela Sofia Gomes Ferreira, dada a extemporaneidade do seu pedido; -----

c) que a sua viagem terá que ser igualmente suportada pela Câmara Municipal. -----

Sou de opinião de que o candidato Paulo César Cepeda Aires Pissaro, poderá ser reembolsado do valor em causa, por ter apresentado o seu pedido em tempo útil, e que a candidata Daniela Sofia Gomes Ferreira, não deverá ser reembolsada pelos motivos acima expostos. -----

À consideração do Exmº Senhor Presidente da Câmara. -----

O Vereador em Exercício, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, Eng.º, -----

23JUL12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos da presente informação. ----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----

CONSTRUÇÃO PARTICULAR. -----

LOTEAMENTOS. -----

Presentes os seguintes quatro processos: -----

1º - O registado com o n.º 10679, Pº 257/03, em 2012/06/20, respeitante a Arlindo & Ângelo, Lda., com sede na Rua Josué Ribau, n.º 23, Gafanha da Nazaré. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU. -----

A informação tem a referência DOPGU/lilianar 2012/07/13 10679/12 1, e é da responsabilidade da Técnica Superior da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão

26-07-2012

Urbana, Arqtª Liliana Ramos, a qual se dá aqui por integralmente transcrita e consta do respetivo processo. -----

2º - O registado com o n.º 10987, Pº 537/08, em 2012/06/26, respeitante a João José de Jesus Marcelino, residente na Rua Jaime Moniz, n.º 17, Aveiro. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos do Parecer da DOPGU. -----

A informação tem a referência DOPGU/noemian 2012/07/19 10987/12 1, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, Arqtª Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente transcrita e consta do respetivo processo. -----

3.º - O registado com o n.º 11980, Pº 687/00, em 2012/07/13, respeitante a Realbarra – Investimentos Imobiliários, Lda., com sede na Rua Visconde Valdemouro, n.º 2, Estarreja. ---

Em minuta, foi deliberado por unanimidade **indeferir** nos termos da informação DOPGU e do despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré. A informação tem a referência DOPGU/noemian 2012/07/19 11980/12 1, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, Arqtª Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré, está datado de 2012/07/23 os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

4º - O registado com o n.º 10756, Pº 190/12, em 2012/06/21, respeitante a Sara Raquel Arrais Loureiro, residente na Rua S. Rui, n.º 25, Gafanha da Nazaré. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU. -----

A informação tem a referência DOPGU/noemian 2012/07/19 10756/12 1, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, Arqtª Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente transcrita e consta do respetivo processo. -----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

RUCHI – QUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL DO «CASCO ANTIGO» DA CIDADE – CONTRATO ADICIONAL N.º 1 – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 23JUL12, elaborada pela Chefe da DOIA, Eng.ª Paula Oliveira, na qual e em síntese, se dá conta que, encontrando-se a citada obra na fase final da

26-07-2012

sua execução, e tendo surgido trabalhos de natureza não prevista no contrato, torna-se necessário proceder à celebração de um contrato adicional no valor de 109.249,42 €(cento e nove mil, duzentos e quarenta e nove euros e quarenta e dois cêntimos). -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à elaboração do Contrato Adicional n.º 1, nos termos da presente informação. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

AÇÃO SOCIAL. -----

FUNDO DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS – COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira da Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos. -----

3.º - O pedido de participação solicitado por Maria do Céu da Silva Pereira, e a respetiva Informação Social anexa. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição dos seguintes apoios, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- Maria do Céu da Silva Pereira: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, Eng.º -----

26-07-2012

23JUL12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
 ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
 CASCI - APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta do Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - O pedido de apoio solicitado por Maria do Céu da Silva Pereira, e a respetiva Informação Social anexa. -----

4.º - Que o CASCI – Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado acima identificado, ficando o utente responsável por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao CASCI, no valor de 234,27 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, Eng.º -----

23JUL12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

26-07-2012

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
 ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) À
 SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÍLHAVO - APOIO AO ARRENDAMENTO
 DE HABITAÇÃO – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - O pedido de apoio solicitado por Rosa Jesus Neto, Susana Raquel Carvalho Correia, Maria de Lurdes Figueiredo Santos, Jorge Humberto Vergas Pereira, José António Sousa Garçês, Conceição Filomena Costa Duarte e Lucília Isabel Lopes Conde, e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que a Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente aos agregados acima identificados, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual à Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, no valor de 3.138,10 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, Eng.º -----

23JUL12”. -----

26-07-2012

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

JUVENTUDE. -----
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL) À ASSOCIAÇÃO DE PESCA DESPORTIVA COSTA AZUL – SEMANA JOVEM DE ÍLHAVO / 2012 – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pela Sr.^a Vereadora, Dr.^a Beatriz de Fátima Clemente Martins: -----

- “Considerando: -----

1.º - A participação da Associação de Pesca Desportiva Costa Azul na Semana Jovem Ílhavo 2012, através da organização e gestão das atividades do V Concurso de Iniciação à Pesca Desportiva no seguimento da implementação de uma política de maior participação das Associações nesta iniciativa da Câmara Municipal; -----

2.º - As despesas relativas à organização e gestão desta iniciativa. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual, no valor de 200,00 euros à Associação de Pesca Desportiva Costa Azul, como forma de apoio à realização do “V Concurso de Iniciação à Pesca Desportiva” inserido no programa da Semana Jovem Ílhavo 2012. -----

A Vereadora do Pelouro da Juventude, -----

Ass.) Beatriz de Fátima Clemente Martins, Dr.^a -----

20JUL12”. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria aprovar a presente proposta. -----

Na presente votação, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Sr. José Marinho Vaz e Dr.^a Ana Margarida Santos Bastos, abstiveram-se, tendo os demais membros da Câmara votado favoravelmente. -----

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL) AO GRUPO DE JOVENS A TORRE – SEMANA JOVEM DE ÍLHAVO / 2012 – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pela Sr.^a Vereadora, Dr.^a Beatriz de Fátima Clemente Martins: -----

26-07-2012

- “Considerando: -----

1º - A participação do Grupo de Jovens A Torre na Semana Jovem Ílhavo 2012, através da organização do Torneio de Futsal, no seguimento da implementação de uma política de maior participação das Associações nesta iniciativa da Câmara Municipal; -----

2.º - As despesas inerentes a este tipo de iniciativa, nomeadamente ao nível do pagamento dos árbitros. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual, no valor de 300,00 euros, ao Grupo de Jovens A Torre, como forma de apoio à realização do Torneio de Futsal, inserido no programa da Semana Jovem Ílhavo 2012. -----

A Vereadora do Pelouro da Juventude, -----

Ass.) Beatriz de Fátima Clemente Martins, Dr.ª -----

20JUL12”. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria aprovar a presente proposta. -----

Na presente votação, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Sr. José Marinho Vaz e Dr.ª Ana Margarida Santos Bastos, abstiveram-se, tendo os demais membros da Câmara votado favoravelmente. -----

ENSINO. -----

CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – RESCISÃO UNILATERAL – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1. Os trabalhos de execução das várias tarefas assumidas pela Câmara Municipal de Ílhavo (CMI) no âmbito do Contrato de Transferência de Competências com o Ministério da Educação e Ciência (MEC), e que está em execução desde 1 de Janeiro de 2010; -----

2. Que durante os dois primeiros anos de vigência deste contrato sentimos necessidade de fazer chegar ao MEC as nossas preocupações, tendo inclusive reunido com os dois Secretários de Estado da Educação (do atual Governo e do anterior), sendo que algumas dessas preocupações se mantêm, tendo agora assumido um carácter de insustentabilidade; -----

26-07-2012

3. Que volvidos dois anos e meio de execução das competências contratadas fazemos um balanço positivo da opção que tomámos, no que concerne à qualidade dos serviços prestados pela CMI à Comunidade Educativa e das relações que fomos capazes de fortalecer com todos os Parceiros Educativos a nível local, mas infelizmente não podemos efetuar um balanço positivo da relação mantida com o MEC em virtude do não cumprimento do Contrato de Execução; -----

4. O incumprimento do financiamento para as grandes intervenções de manutenção nas Escolas Básicas do 2º e 3º Ciclos, conforme referido no Contrato de Execução da Transferência de Competências, com recurso ao Orçamento do MEC (como era inicialmente) ou aos Fundos Comunitários do Programa Operacional Regional com 85% de co-financiamento, com a comparticipação nacional dos 15% referentes ao Ministério da Educação e Ciência. Sabemos que não há disponibilidade por qualquer dessas vias de financiar as referidas obras, que são de elevada importância na EB 23 da Gafanha da Nazaré e na EB 23 de Ílhavo. Esta situação ainda se torna mais incompreensível quando o próprio MEC, através do GEPE, emitiu os pareceres favoráveis a estas intervenções e as mesmas estão publicadas em Diário da República, como adenda aos Contratos de Execução. A CMI executou, aprovou, pagou e apresentou publicamente os projetos de qualificação das três EB 23 do Município de Ílhavo, não podendo aceitar a sua não execução por incumprimento do MEC; -----

5. A desilusão do Novo Regime de Autonomia e Gestão das Escolas que continua a desconsiderar a desconcentração e descentralização de competências nesta importante área da Educação, ao contrário do que se perspectivava, a qual sofrerá consequências ainda mais desastrosas quando se verificar a extinção/esvaziamento de competências das Direções Regionais de Educação, o que levará a uma maior centralização na gestão das várias matérias. De facto, perdeu o sentido político e de gestão sensata a execução da competência de gestão do Pessoal Não Docente, dado que as Câmaras Municipais ficam apenas pela participação nos Conselhos Gerais e a processar férias, faltas, licenças e ordenados, sem qualquer participação na gestão das Escolas (obviamente em regime de co-gestão); -----

6. A alteração dos encargos com o Pessoal Não Docente, devido à necessidade de, enquanto entidade empregadora deste pessoal transferido do Ministério da Educação e Ciência, a CMI

26-07-2012

passar a pagar uma contribuição de 2,5% das remunerações sujeitas a desconto para a CGA, ou para a Segurança Social dos trabalhadores que sejam beneficiários titulares da ADSE; ----

7. O incumprimento dos compromissos assumidos na negociação com a DREC, que tinha absolutamente definido a realização das obras de remodelação e modernização das duas Escolas Secundárias do Município. Se é verdade que as obras na Escola Secundária da Gafanha da Nazaré decorrem agora a bom ritmo, depois de uma paragem de cerca de quatro meses, as quais acarretaram graves prejuízos para o funcionamento da Escola, por parte da Parque Escolar SA, também é verdade que a Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes se degrada ano após ano, sem qualquer intervenção de manutenção de grande registo, sendo o estado da Escola é muito mau em questões básicas e de ordem sanitária, que exigem no mínimo uma intervenção específica urgente. -----

Proponho: -----

1. Atendendo ao exposto, alegando justa causa por incumprimento dos compromissos determinantes para a assinatura do referido Contrato, que a Câmara Municipal de Ílhavo devolva as competências em causa ao Ministério da Educação e Ciência com efeitos práticos a 1 de agosto de 2012; -----

2. Que a CMI continue a honrar os seus compromissos no que concerne às Refeições Escolares e aos Transportes Escolares para que o arranque do ano letivo 2012/2013 decorra com a maior tranquilidade possível, tendo já apresentado a sua candidatura para continuar a assumir a gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular (nos moldes em que sempre a realizou antes da transferência de competências); -----

3. Que a CMI tome todas as providências, na gestão da devolução das competências, no sentido de garantir que as carreiras dos Funcionários envolvidos serão devidamente mantidas e salvaguardadas, evitando-se qualquer tipo de desequilíbrio. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º -----

16JUL12". -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

CULTURA. -----

26-07-2012

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL) À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL “ESCOLÍADAS” - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1. Que a iniciativa “Escolíadas”, que teve o seu início em 1990, tem constituído ao longo dos anos um relevante meio de fomentar, junto das populações estudantis, o gosto passivo e ativo pela arte em geral, sobretudo no que se relaciona com as modalidades artísticas englobadas no projeto (teatro, dança, música e pintura), potenciando ainda a descoberta de novos talentos entre os jovens; -----

2. Que em 2009 a Câmara Municipal de Ílhavo se associou a esta iniciativa, tendo a Gala de Entrega de Prémios decorrido a 5 de junho no Centro Cultural de Ílhavo; -----

3. Que no seguimento do sucesso dessa aposta, e com o objetivo de a fortalecer, no ano seguinte as eliminatórias do Poli I, para além da Gala Final, decorreram no Centro Cultural de Ílhavo; -----

4. Que, tendo em atenção a boa experiência de 2010 e 2011, o Centro Cultural de Ílhavo voltou a receber em 2012 as eliminatórias e a gala Final das “Escolíadas”, que contaram com a presença das duas Escolas Secundárias do Município de Ílhavo, tendo decorrido com enorme sucesso nos passados dias 20, 21, 24, e 27 de abril e 6 de junho, com uma assistência de mais de 2.500 pessoas, para além de centenas de alunos e professores; -----

5. Que a realização desta iniciativa no nosso Município constitui um importante sinal de apoio à ação criativa dos jovens, nomeadamente dos estudantes e da comunidade escolar em geral; -

6. Que esta iniciativa constitui igualmente um excelente meio de promoção do Município e do Centro Cultural de Ílhavo junto da comunidade escolar de toda a região. -----

Proponho: -----

Que seja atribuído à Associação Recreativa e Cultural “Escolíadas”, um subsídio pontual no valor de 1.500.00 euros, para apoio à realização da edição 2012 das “Escolíadas”. -----

O Vereador, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, Eng.º -----

23JUL12”. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria aprovar a presente proposta. -----

26-07-2012

Na presente votação, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Sr. José Marinho Vaz e Dr.^a Ana Margarida Santos Bastos, abstiveram-se, tendo os demais membros da Câmara votado favoravelmente. -----

SALUBRIDADE E COMODIDADE PÚBLICA. -----

TRANSPORTES E TRÂNSITO – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Vereador, Eng.º Fernando Fidalgo Caçoilo: -----

- “Considerando que: -----

1. A coberto do requerimento com o registo n.º 003751, de 12.07.2012, apresentado nesta Câmara Municipal, via fax, veio a Associação Nacional de Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros (ANTRAL), solicitar autorização para os táxis do Concelho de Ílhavo, poderem estacionar e fazer serviço, na cidade da Gafanha da Nazaré, junto ao Cais, local onde os veleiros da “Grande Regata” irão atracar, no período compreendido entre os dias 03 e 06 de agosto de 2012; -----

2. A atividade dos transportes públicos de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros – transportes em táxi, é regulada pelo Decreto-Lei n.º 251/98 de 11 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 41/2003, de 11 de março; -----

3. Nos termos do referido diploma, compete às Câmaras Municipais fixar em regulamento, o regime de estacionamento dos táxis. De acordo com o artigo 9.º, do Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros do Concelho de Ílhavo, foram fixados dois regimes de estacionamento para a freguesia da Gafanha da Nazaré, nomeadamente: o **regime fixo** (Avenida José Estevão – Largo de St. John’s; Praia da Barra – Largo do Farol), e o **regime condicionado** (“Vila” da Gafanha da Nazaré – junto ao Café Traineira); -----

4. Não obstante os regimes de estacionamento fixados para aquela freguesia, *pode a Câmara Municipal, ao abrigo do n.º 3, daquele artigo 9.º, autorizar a criação de locais de estacionamento temporário dos táxis, em local diferente do fixado e definir as condições em que o estacionamento é autorizado nesses locais, para fazer face a situações de acréscimo excepcional de procura*, ouvindo para o efeito, as organizações sócio-profissionais do sector; --

5. No âmbito da comemoração dos 75 anos do Museu Marítimo de Ílhavo, a Câmara Municipal de Ílhavo irá realizar, de 3 a 6 de agosto, o “**Ílhavo Sea Festival 2012**” que, para

26-07-2012

além de um conjunto vasto de iniciativas de índole cultural e desportivo, irá trazer novamente a frota dos grandes veleiros; -----

6. O “Ílhavo Sea Festival 2012”, irá trazer ao Município de Ílhavo pessoas de outros pontos do país, da Europa e do Mundo, podendo haver, no período em que decorrerá aquele evento, um acréscimo excepcional de procura de serviços de táxi; -----

7. O já referido artigo 9.º, n.º 3, do Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros do Concelho de Ílhavo, permite a criação de locais de estacionamento temporário dos táxis, em situações de acréscimo excepcional de procura; -----

8. Não se verifica, portanto, qualquer impedimento legal que obste ao deferimento do pedido apresentado pela ANTRAL; -----

Proponho: -----

- Que a Câmara Municipal, delibere autorizar o estacionamento temporário dos táxis do Concelho de Ílhavo, no estacionamento anexo ao Jardim Oudinot na Gafanha da Nazaré (de acordo com a planta que se junta), no período em que decorrer o “Ílhavo Sea Festival 2012”, ou seja, de 3 a 6 de agosto. -----

O Vereador, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, Eng.º -----

20JUL12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, eram 19.00 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que eu,

, servindo de Secretária, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr.

Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----